



Luís de Freitas Branco: o pedagogo das ciências musicais em Portugal

Luís de Freitas Branco: the pedagogue of musical sciences in Portugal

Luís de Freitas Branco: el pedagogo de las ciencias musicales en Portugal

António José Pacheco Ribeiro

Doutor em Educação Musical

Instituição: Instituto de Educação da Universidade do Minho, Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC)

Endereço: Universidade do Minho, 4710-057 Braga, Portugal

E-mail: antoniopacheco@ie.uminho.pt

RESUMO

Este artigo de reflexão centra-se na vida e obra de Luís de Freitas Branco personagem multifacetada da vida musical portuguesa da primeira metade do século XX e símbolo do modernismo em Portugal. Embora a sua atividade musical tivesse sido plural em torno de diversos domínios musicais, este trabalho converge na análise do seu papel enquanto pedagogo e musicólogo. A sua atividade pedagógica desenvolveu-se no âmbito do Conservatório de Lisboa e o seu papel neste domínio foi absolutamente determinante para o desenvolvimento do ensino da música em Portugal. Neste particular, Luís de Freitas Branco, conjuntamente com Viana da Mota, elaborou uma importante e inovadora reforma, levada a cabo em 1919, propondo um currículo de formação geral e musical com o propósito de proporcionar uma formação mais completa aos alunos. Esta mesma reforma contemplou, ainda, a criação do Curso de Ciências Musicais, do qual viria a ser professor, e desenvolver, neste contexto, uma intensa atividade em torno da musicologia através de conferências, palestras, crítica musical, programas radiofónicos e publicações diversas nesta área específica. O seu trabalho foi único e ímpar e reserva-lhe um lugar de relevo na história da música e no ensino em Portugal.

Palavras-chave: Luís de Freitas Branco, reforma do ensino da música, pedagogia musical, musicologia, ciências musicais.

ABSTRACT

This article focuses on the life and work of Luís de Freitas Branco, a multifaceted figure in Portuguese musical life in the first half of the 20th century and a symbol of modernism in Portugal. Although his musical activity was pluralised around various musical domains, this work focuses on analysing his role as a pedagogue and musicologist. His pedagogical activity took place at the Lisbon Conservatoire and his role in this area was absolutely decisive for the development of music



teaching in Portugal. In this regard, Luís de Freitas Branco, together with Viana da Mota, drew up an important and innovative reform, carried out in 1919, proposing a general and musical training curriculum with the aim of providing students with a more complete education. This same reform also included the creation of the Musical Sciences Course, of which he would become a professor, and in this context he developed an intense activity around musicology through conferences, lectures, music criticism, radio programmes and various publications in this specific area. His work was unique and reserves him an important place in the history of music and teaching in Portugal.

Keywords: Luís de Freitas Branco, reform of music teaching, music pedagogy, musicology, musical sciences.

RESUMEN

Este artículo se centra en la vida y obra de Luís de Freitas Branco, figura polifacética de la vida musical portuguesa de la primera mitad del siglo XX y símbolo del modernismo en Portugal. Aunque su actividad musical se pluralizó en torno a diversos dominios musicales, este trabajo se centra en el análisis de su papel como pedagogo y musicólogo. Su actividad pedagógica se desarrolló en el Conservatorio de Lisboa y su papel en este ámbito fue absolutamente decisivo para el desarrollo de la enseñanza musical en Portugal. En este sentido, Luís de Freitas Branco elaboró, junto con Viana da Mota, una importante e innovadora reforma, llevada a cabo en 1919, en la que se proponía un plan de estudios de formación general y musical con el objetivo de proporcionar a los alumnos una educación más completa. Esta misma reforma incluyó también la creación del Curso de Ciencias Musicales, del que llegaría a ser catedrático, y en este contexto desarrolló una intensa actividad en torno a la musicología a través de conferencias, ponencias, crítica musical, programas de radio y diversas publicaciones en esta área específica. Su trabajo fue único y le reserva un lugar importante en la historia de la música y de la enseñanza en Portugal.

Palabras clave: Luís de Freitas Branco, reforma de la enseñanza musical, pedagogía musical, musicología, ciencias musicales.

1 INTRODUÇÃO

A atividade musical de Luís de Freitas Branco, manifestada nos diversos domínios da vida cultural e musical, fez dele uma das figuras mais significativas e representativas no contexto artístico e intelectual português do século XX. Pedagogo, teórico, musicólogo, conferencista, crítico e compositor, Freitas Branco desenvolveu um trabalho inovador e pioneiro alinhado às correntes de



pensamento progressistas da Europa. Este trabalho faz uma análise e reflexão sobre a vida e obra de Luís de Freitas Branco, enquanto pedagogo e musicólogo, incluindo neste âmbito a divulgação e a crítica musical. Metodologicamente, centra-se na revisão bibliográfica de carácter documental considerando para o efeito documentos dispersos, como legislação, livros, teses e dissertações de doutoramento e mestrado, artigos de revista, assim como páginas web. O objetivo principal é identificar o papel de Luís de Freitas Branco no que concerne à sua atividade pedagógica e musicológica e reconhecer os seus contributos nestes domínios da vida musical. Estrutura-se nos seguintes tópicos: (i) Breve nota biográfica; (ii) Luís de Freitas Branco e a reforma do Conservatório de Lisboa; (iii) Luís de Freitas Branco: a musicologia e as ciências musicais; e (iv) Conclusão.

2 BREVE NOTA BIOGRÁFICA

Luís Maria da Costa de Freitas Branco foi um teórico, musicólogo, pedagogo, conferencista, crítico e compositor. Nasceu em Lisboa no dia 12 de outubro de 1890 no seio de duas famílias da alta aristocracia portuguesa com ligações a Damião de Góis e Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal). Seu pai, Fidélio Freitas Branco, era funcionário da administração monárquica e Luís de Freitas Branco contactou diretamente com o Rei D. Carlos e os príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel. Esta proximidade influenciou fortemente a sua orientação política, assumindo-se defensor do regime monárquico (Moreira, 2014).

Luís de Freitas Branco descende de uma família musical e a sua formação inicial é feita através do ensino doméstico com aulas de uma preceptora irlandesa e do seu tio João de Freitas Branco. De facto, a sua formação musical e geral não passou pelos procedimentos formais, situação condizente com o seu estatuto social. Neste âmbito, deve, apenas, referir-se uma curta passagem pelo Liceu do Carmo. Os seus estudos musicais particulares iniciaram-se, em 1903, com Timóteo da Silveira, Piano, e Andrès Goñi, Violino. No Conservatório



Nacional foi aluno de Augusto Machado, Harmonia e, mais tarde, de Tomás Borba, Contraponto, Harmonia, Cânone, Fuga e Instrumentação (Telles, 2025).

Em 1906, no âmbito da visita de compositores estrangeiros a Lisboa, Freitas Branco aperfeiçoou os seus conhecimentos em instrumentação com o maestro Luigi Mancinelli e órgão e composição com o músico belga Désiré Pâque. Freitas Branco continuou ainda a receber lições de Tomás Borba, cuja classe na Academia de Amadores de Música passou a frequentar (Freitas Branco, 1975).

[...] a sua educação, orientada por uma perceptora irlandesa, por uma Mademoiselle [...] e por um mestre que lhe ensinava «História, Corografia, Escrita, Doutrina, Leitura e verbos», efectuava-se quase exclusivamente no seio da família, como convinha a uma criança do seu estatuto social [...]. A sua formação musical, iniciada pela perceptora acima referida e pelo seu tio João, cedo revelou dotes invulgares. Em 1903, recebia lições particulares de Violino com André Goñi [...] e de Piano com Timóteo da Silveira. Augusto Machado, que o iniciou no estudo de Harmonia, encaminhou-o depois para Tomás Borba, com quem o jovem Luís estudou Harmonia, Contraponto, Cânone, Fuga e Instrumentação (Delgado; Telles, Bettencourt, 2007, p. 30).

Em fevereiro de 1910 parte para Berlim com o seu tio João e estuda com Engelbert Humperdinck, professor de composição na *Hochschule* e contacta com outros músicos portugueses radicadas fora do país, nomeadamente Viana da Mota. Ao fim de dois meses de aulas abandonou as suas lições por considerá-las demasiado conservadoras e, a partir de maio de 1910, com o regresso de Désiré Pâque a Berlim, retoma as lições com o antigo mestre (Moreira, 2014). Durante a sua estada em Berlim, Freitas Branco interessou-se pela musicologia e em particular pelas teorias de Hugo Riemann e de Stephan Krehl, que, mais tarde, vieram a influenciar a sua ação pedagógica. Em Berlim, com 20 anos de idade, estudou também notação antiga e aspetos da metodologia da história da música (Pina, 2022). Regressa a Lisboa em junho de 1910 e em maio de 1911 viaja para Paris onde permanece cerca de um mês e estuda estética musical e formas impressionistas com Gabriel Grovlez. Conhece pessoalmente Claude Debussy (Telles, 2025).



No período compreendido entre 1913 e 1915 Luís de Freitas Branco passa a residir na ilha da Madeira, continuando a receber conselhos de Désiré Pâque, e regressa a Lisboa em 1915. As condições económicas não são favoráveis e Luís de Freitas Branco procura emprego como professor de línguas lecionando na Escola Académica. A partir de 1916, Luís de Freitas Branco inicia um percurso como professor de música, no Conservatório de Lisboa, conciliando esta atividade com a composição, a crítica musical e a musicologia. A atividade de professor haveria de passar pelo Liceu Normal de Luís Pedro Nunes, em 1931, lecionando Pedagogia Geral da Música. Luís de Freitas Branco na sua atividade musical desempenhou outras funções, como: diretor artístico do Teatro de S. Carlos, entre 1925 e 1927, autor de programas radiofónicos de divulgação musical na Emissora Nacional (haveria de ser afastado em maio de 1951 por questões políticas), em 1948 participa na fundação da Juventude Musical Portuguesa, da qual seria o primeiro presidente da mesa da Assembleia Geral, e em 1955 foi convidado por Sequeira Costa para integrar a Comissão Executiva do Concurso Musical Internacional Grande Prémio Viana da Mota. Luís de Freitas Branco morreu no dia 27 de novembro de 1955 (Delgado; Telles; Bettencourt, 2007).

3 LUÍS DE FREITAS BRANCO E A REFORMA DO CONSERVATÓRIO DE LISBOA

A implantação da República, a 5 de outubro de 1910, conduziu o país a alterações importantes no ensino e na cultura.

[...] nas primeiras décadas do século XX, procurou-se reorganizar os estudos ministrados no Conservatório Nacional, não só adaptando a formação às exigências da altura como também possibilitando o alargamento na concepção da formação do músico (Vasconcelos, 2002, p. 52).

Em 1916, Luís de Freitas Branco foi nomeado professor de Leitura de Partituras, Realização do Baixo Cifrado e Acompanhamento no Conservatório



de Lisboa, assim designado pela implantação da República, e iniciou um período de intensa atividade docente. A relação de confiança com Viana da Mota, adquirida aquando da sua estada em Berlim, viria a permitir a sua associação na remodelação do ensino artístico, iniciada em 1918, com a criação de uma Comissão de Reforma do Conservatório de Lisboa, presidida por António Arroio (Pina, 2022). Luís de Freitas Branco integrou esta comissão de reforma e em conjugação com o pianista José Viana da Mota elaborou uma importante reforma com a intenção de proporcionar uma formação mais completa e humanista aos alunos, propondo um currículo de formação geral e musical.

Foi também em 1918 que Freitas Branco integrou a comissão de remodelação do ensino artístico, criada em 21 de janeiro pelo então Ministro da Instrução Pública, Dr. Alfredo de Magalhães, e que incluía igualmente José Viana da Mota, Alexandre Rey Colaço, Michel'Angelo Lambertini e António Arroio. Começou a trabalhar no projeto de reforma do Conservatório, que insistia na necessidade de uma formação humanista completa para os jovens músicos (Delgado; Telles; Bettencourt, 2007, p. 61).

A reorganização curricular proposta tinha em vista os seguintes aspetos:

(i) substituição do solfejo rezado pelo solfejo entoado; (ii) criação do Curso de Ciências Musicais em 5 anos: 1.º de Acústica, 2.º e 3.º de História da Música e 4.º e 5.º de Estética Musical; (iii) criação das disciplinas de Direção de Orquestra e de Instrumentação; (iv) alterações pedagógicas no domínio da Harmonia; (v) aulas de Línguas e Literaturas, História e Geografia (Moreira, 2014). A reestruturação dos cursos de instrumento, canto e composição compreendia a sua divisão em três graus: elementar, complementar e superior.

Os Decretos n.ºs 5546 e 6129, publicados, respetivamente, a 9 de maio e 25 de setembro de 1919, concretizaram a reforma anunciada levada a cabo por Viana da Mota e Luís de Freitas Branco. João de Freitas Branco (2005) refere que foi realizada uma reforma muito significativa porque modernizou os programas e métodos pedagógicos e forneceu aos alunos uma maior cultura geral.

De acordo com Rosa (2010, p. 415):



Reestruturaram-se os cursos, modernizaram-se os métodos pedagógicos e programas, introduziram-se disciplinas de formação geral, como História e Geografia, e específicas, como Acústica e Estética Musical, de molde a proporcionar uma formação cultural mais completa.

O Decreto n.º 5546 de 9 de maio de 1919 justifica os motivos da reforma alegando que os seus processos de ensino e pedagógicos eram antiquados e que se iniciava o ensino da música pelo que era menos interessante e fundamental: o som, e que o solfejo rezado era o método inicial do ensino da música.

As alterações curriculares resultantes desta reforma são atribuídas a Luís de Freitas Branco colocando-o no centro da reforma e na transformação na formação do músico, cantor ou compositor.

Em 1919 ter-se-á criado um ensino musical com vista à formação do músico - instrumentista, compositor ou cantor - também enquanto intelectual, manifestando-se uma crença na simultaneidade entre o carácter artístico e o carácter científico da música, além da própria reestruturação dos cursos de instrumento, [...] (Pina, 2022, p. 15).

De 1919 a 1924, Freitas Branco assumiu funções de subdiretor, em colaboração com Viana da Mota, o qual era diretor, passando a lecionar no Curso de Ciências Musicais, entre 1919 e 1930, sendo o único professor deste curso neste período. Em 1924, pede a demissão do cargo de subdiretor do Conservatório Nacional de Música e em 1930 foi designado para diversos cargos no Ministério da Instrução: Conselho Superior, Conselho Disciplinar, vogal do Instituto para a Alta Cultura e professor do Curso Superior de Composição no Conservatório (Moreira, 2014). O ano de 1938 é um ano de mudanças ao nível do Conservatório: Viana da Mota deixa o cargo de diretor e Luís de Freitas Branco é suspenso das suas funções de professor sendo-lhe instaurado, em 1940, um processo disciplinar com contornos pouco claros: em 1951, acaba mesmo por ser demitido das suas funções de professor (Freitas Branco, 1975).

O seu percurso no âmbito da pedagogia e na reforma do conservatório foi conturbado do ponto de vista político, considerando que Freitas Branco era assumidamente monárquico, antirrepublicano e contra o regime do Estado Novo,



membro fundador da *Integralismo Lusitano*, no entanto a sua influência foi grande em compositores seus discípulos como: António Fragoso (1897-1918), Frederico de Freitas (1902-1980), Armando José Fernandes (1906-1983), Pedro do Prado (1908-1990), Jorge Croner de Vasconcelos (1910-1974), Fernando Lopes-Graça (1906-1994) e Joly Braga Santos (1924-1988) (Delgado; Telles, Bettencourt, 2007).

Luís de Freitas Branco deixou uma marca indissociável na sua passagem pelo Conservatório Nacional de Música: a criação do curso de Ciências Musicais, testemunhando o papel que sempre atribuiu à musicologia, atividade que desenvolveu ao longo de toda a vida, enquanto pedagogo, conferencista e investigador (Pina, 2022).

Foi na comissão de remodelação do ensino artístico nomeada em 21 de Janeiro de 1918 pelo ministro da Instrução Pública Dr. Alfredo de Magalhães que, pela primeira vez, se tratou do ensino das ciências musicais em Portugal, quando o autor do presente volume apresentou e justificou a sua organização destinada ao Conservatório de Lisboa. Aprovada pelos restantes membros da comissão de ensino musical: António Arroio, José Viana da Mota, Alexandre Rey-Colaço e Michel'Angelo Lambertini, foi convertida em lei pelo decreto nº 5646 de 9 de Maio de 1919 que remodelou o ensino do actual Conservatório Nacional de Música sobre as bases aprovadas pela mencionada comissão. O curso de ciências musicais ficou portanto obrigatoriamente incluído no ensino do Conservatório de Música de Lisboa e organizado pela forma seguinte: 1º ano, Noções elementares de Acústica; 2º e 3º anos, História da Música; 4º e 5º anos, Estética Musical (Freitas Branco, 1931, p. 6).

A reforma proporcionada em 1919 visou uma transformação no ensino musical considerando a modernidade e a necessidade de imprimir uma formação intelectual aos músicos capaz de promover um mundo novo e o progresso da humanidade. Esta reforma significativa e inovadora, para a época, representou o primeiro momento de rutura no que concerne ao ensino tradicional da música e à sua inserção no sistema geral de ensino. A reforma de 1919 seria revogada por uma contrarreforma retrógrada e economicista aprovada em 1930. A este respeito, Luís de Freitas Branco (1953, p. 67-72), diz o seguinte:



Não: foi publicada em 1930 uma reforma, tirando-se aos alunos as poucas cadeiras de cultura geral que lá existiam em 1923. Portanto: em lugar de aumento, supressão do pouco que havia. [...] O ensino da estética musical no Conservatório ficou, por efeito da lei orgânica de 1930, actualmente em vigor, apenas para os compositores, isto é: para os que já conhecem a estrutura musical e a análise, tendo sido tirado, pela mesma lei, aos cantores e instrumentistas, que ficaram sem estes indispensáveis auxiliares da interpretação. Também o ensino superior da composição, que teve 5 anos (3 de formas não orquestrais e 2 de formas orquestrais), passou, em 1930, de 5 para 2 (1 ano de composição e 1 de instrumentação). Teriam acaso diminuído as exigências da arte e da ciência de compor música elevada? Ora a necessidade (e bem urgente), em 1930, era o aumento de 5 para 6 anos, nos cursos de composição e instrumentação, e nunca a diminuição de 5 para 2.

De facto, a reforma de 1930 promoveu alterações curriculares totalmente opostas às implementadas em 1919 e das quais Luís de Freitas Branco nunca se reviu e sempre manifestou distância.

4 LUÍS DE FREITAS BRANCO: A MUSICOLOGIA E AS CIÊNCIAS MUSICAIS

Luís de Freitas Branco contribuiu ativamente para o desenvolvimento da musicologia portuguesa, através dos seus trabalhos relativos à polifonia em Portugal nos séculos XVI e XVII (Telles, 2015) e dos seus escritos. Na divulgação musical, publicou cerca de duzentos artigos em diversos jornais, revistas de música e outras publicações periódicas da época. Escreveu, enquanto crítico literário e, sobretudo, crítico musical, para o *Diário Ilustrado*, *Monarquia*, *Correio da Manhã*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias* e *O Século* (Brito; Cymbron, 1992). Em 1915, é nomeado membro do Conselho de *A Arte Musical*, cargo que ocupou até à sua extinção em 1930, e em 1929 refundou a revista *A Arte Musical*, que dirigirá até a sua publicação ser interrompida em 1949. Sob a sua direção, a revista depressa assumiu o estatuto de periódico de referência do meio musical e associou-se às reivindicações profissionais da Associação de Classe dos Músicos Portugueses e à defesa das bandas militares (Freitas Branco, 1975).

Através do seu primeiro contacto com a crítica musical a 26 de Março de 1907 no *Diário Ilustrado* (1872-1911), com apenas dezasseis anos, Luís de Freitas Branco inicia uma actividade que prosseguirá ao longo



de toda a sua vida, em paralelo com a composição, o ensino e a divulgação musical. Enquanto crítico, Freitas Branco destacou-se em jornais e revistas generalistas ou de carácter político e propagandístico, como *A Monarquia: diário integralista da tarde* (1917-25), *Diário de Lisboa* (1921-90), *A Época* (1919-73), *Acção Realista: diário da tarde* (1926), o semanário *O Diabo* (1934-40), *O Século* (1881-1983), *Diário de Notícias* (1864-), a revista mensal *Atlântida* (1915-20), a revista *Seara Nova*; bem como em revistas especificamente sobre música, tendo colaborado primeiramente em *A Arte Musical* (1899-1915) de Michel'Angelo Lambertini e, posteriormente, em *Música: revista de artes* (1924-26) e na revista *De Música* (1930-31), da associação académica do Conservatório Nacional (...), (Pina, 2016, p. 724).

A sua atividade musical era intensa e frequentemente era convidado para participar nas mais diversas ações relacionadas com o domínio da musicologia. Destacam-se, entre 1932 e 1938, participações na organização do Congresso Nacional de Radiotelefonia, na organização de eventos artísticos e literários para a Universidade Popular Portuguesa, a integração no Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, a colaboração com a Revista Brasileira de Musicologia e com a revista francesa *Les Nouvelles Musicales*, continuando a proferir palestras regulares na Emissora Nacional e outras palestras e conferências sobre os mais variados temas (Delgado; Telles; Bettencourt, 2007).

Em 1950 tornou-se diretor da revista *Gazeta Musical* então criada, assumindo o cargo durante três anos (Pina, 2022). Luís de Freitas Branco continuou a escrever regularmente editoriais onde manifestou a sua posição relativamente à necessidade de renovação da pedagogia musical e à institucionalização das ciências musicais.

Se a novidade e qualidade das suas peças impuseram Freitas Branco como referência incontornável, o seu magistério e os seus escritos ajudaram a torná-lo o mais influente dos compositores portugueses da primeira metade do século XX (Ferreira, 2007, p. 56).

No âmbito da musicologia, Freitas Branco apresenta uma vasta produção destacando-se, entre outros trabalhos: *Elementos de Ciências Musicais* (1922) 1.^a edição e 1931, 2.^a edição; *A Música em Portugal* (1929); *Acústica e História da Música* (1930); *Tratado de Harmonia*, publicado s.d. [1942 (?)], 1.^a edição e 1947, 2.^a edição; *História popular da música: Desde as origens até à actualidade*



(1943); *A vida de Beethoven* (1943); *A música e a Casa de Bragança* (1953); *D. João IV: Músico* (1956) (Pina, 2022; Delgado, 2025). *Elementos de Ciências Musicais*, revela-se uma obra particularmente importante, pois foi escrita e adotada pelo Conservatório Nacional de Música e apresenta o programa detalhado dos cinco anos do Curso de Ciências Musicais. No prefácio da segunda edição, datado de 1929, Luís de Freitas Branco refere a evolução das Ciências Musicais e da vantagem da sua inserção nos programas, como forma de valorização das disciplinas teóricas e de cultura geral para a formação específica do músico.

Decorridos sete anos sobre a primeira edição dos «Elementos de ciências musicais», seja permitido ao autor verificar que a sua obra, modesta embora nas dimensões e na apresentação, não deixou de criar amigos nem de ser recebida com animadoras palavras tanto em Portugal como no estrangeiro. Não se envaidece o autor ao recordar a feliz carreira do seu livro, demais conhece que a deve, não ao seu próprio merecimento mas ao daqueles que ante dele souberam despertar esse interessante movimento de ideias contemporâneo que consiste na atracção cada vez maior dos músicos pela ciência e na crescente simpatia dos homens de ciência pela música (Freitas Branco, 1931,p. 8).

Faz ainda um balanço da receção da sua obra durante este período:

Pudemos dizer, no prefácio da primeira edição deste livro, que as ciências musicais contavam adeptos nos principais centros de cultura da Europa e da América. Já há sete anos se ensinavam disciplinas musicais nas grandes universidades da França, da Alemanha, da Inglaterra, da América do Norte, e até nos Institutos Superiores Técnicos de Darmstadt, Dresden, Struttgart, Hanover e Berlim. Em Oxford e Cambridge nunca deixou de se ensinar música desde a Renascença. Nos últimos anos o desenvolvimento das ciências musicais tem sido considerável. Recentemente foi criado em Moscovo o «Instituto oficial de ciências musicais», estabelecimento do Estado organizado e dirigido pelo professor Garbusoff, onde, além das três secções principais correspondentes aos tratados neste livro, embora dispostos por ordem diferente: História da Música, Teoria musical e Filosofia da música, funciona um curso exclusivamente dedicado ao folclore (Freitas Branco, 1931, p.9).

O seu contributo neste âmbito vale-lhe o convite para colaborar com a Sociedade Portuguesa de Estudos Musicológicos, Científicos e Artísticos (Moreira, 2014). A sua investigação musical contribuiu para a revalorização do



período polifónico da música portuguesa e a sua atividade musical crítica, jornalística, cronista e conferencista reservou-lhe um lugar de relevo no âmbito da musicologia e das ciências musicais.

5 CONCLUSÃO

O presente texto enfatiza o papel de Luís de Freitas Branco enquanto professor e musicólogo, nas suas vertentes ligadas à pedagogia e à sua atividade musical de crítico, conferencista e teórico e destaca, particularmente, o seu contributo no âmbito da reforma do Conservatório de Lisboa, levada a cabo em 1919, e na modernização do ensino musical, propondo alterações pedagógicas significativas e inovadoras alinhadas às correntes de pensamento europeias mais avançadas da época. A valorização das ciências musicais e a criação do Curso de Ciências Musicais, incluindo o estudo da Acústica, História da Música e Estética Musical, são aspetos fundamentais da sua posição pedagógica, e a introdução no currículo de disciplinas de formação geral e formação específica remetem-no para um lugar de destaque e único no que concerne ao ensino da música em Portugal. Esta posição aproxima-se da ideia de integração da música no sistema geral de ensino, algo que aconteceria, apenas, com a reforma de 1983 (Ribeiro; Vieira, 2016).

A formação de um músico, segundo a sua perspetiva, deveria ser total e completa, humanista e intelectual, ampla e interdisciplinar de forma a compreender a música enquanto arte, ciência e expressão cultural: a formação de músicos, compositores e cantores deveria ir além da técnica e da prática, incorporando uma reflexão profunda sobre o papel da música na sociedade e na cultura.

Luís de Freitas Branco foi o pioneiro na implementação das Ciências Musicais em Portugal, promovendo a ideia de que o estudo da música deveria ser sistemático e fundamentado em pesquisa teórica e crítica. Esta abordagem transformou a música num campo de investigação académica, conectando-a a



outras áreas do conhecimento, como filosofia, pedagogia, história e teoria estética que hoje se desenvolve ao mais alto nível.

A sua atividade musicológica foi intensa, quer na divulgação e crítica: conferências, palestras, programas radiofónicos e criação e direção de periódicos musicais, quer no âmbito da produção literária: obras didáticas e de carácter histórico, promovendo conhecimento científico, alargando a conceção de músico e o reconhecimento do ensino da música. O seu papel incidiu também na ideia de promover a música erudita para elevar o gosto musical do público, pois considerava que a verdadeira queda da qualidade musical em Portugal acontecera entre os séculos XVIII e XIX com a banalização da música e a degeneração do gosto musical.

Que a nobreza de estilo não é incompatível com o barroco musical provam-no as óperas de Alessandro Scarlatti, de Francisco António de Almeida e de João de Sousa Carvalho. Na geração que se seguiu a este último, começa a observar-se uma negligência de estilo, um abastardamento do gosto musical, que, salvo excepções tão raras quanto honrosas, não faz senão agravar-se até para além de meados do século XIX (Freitas Branco 1931, p. 75).

A sua atividade enquanto compositor e enquanto musicólogo tornam evidente a figura de destaque em que Luís de Freitas Branco se tornou no panorama cultural e musical português do século vinte. O reconhecimento do seu contributo ia surgindo, não apenas de Portugal, mas também do estrangeiro se fazia sentir esta aclamação. O seu legado transcendeu a época, deixando marcas indeléveis na educação musical em Portugal e na forma como a música é estudada e compreendida até hoje. O impacto da sua visão pedagógica e teórica permanece como um marco na história da música portuguesa, influenciando gerações e elevando os padrões da educação musical em Portugal.

AGRADECIMENTOS

UID/317: Centro de Investigação em Estudos da Criança.



REFERÊNCIAS

BRITO, Manuel Carlos de; CYMBRON, Luísa. **História da Música Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1992.

DELGADO, Alexandre. **Luís de Freitas Branco Composição**, 2025.
Disponível em: <https://www.meloteca.com/portfolio-item/luis-de-freitas-branco/>.
Acesso em: 11 fev. 2025.

DELGADO, Alexandre; TELLES, Ana; MENDES, Nuno Bettencourt. **Luís de Freitas Branco**. Alfragide: Editorial Caminho, 2007.

FERREIRA, Manuel Pedro. **Dez Compositores Portugueses**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007.

FREITAS BRANCO, João de. **Luiz de Freitas Branco**: Catálogo da exposição comemorativa do 20.º aniversário da morte do compositor. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

FREITAS BRANCO, João de. **História da Música Portuguesa**. 4.ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2005.

FREITAS BRANCO, Luís de. **Elementos de Ciências Musicais**. Rio de Janeiro: Sassetti e C.ª, 1931.

FREITAS BRANCO, Luís de. Há trinta anos. **Gazeta Musical**, Lisboa, n. 30, p. 67-72, março de 1953.

GOMES, Carlos Alberto Faísca Fernandes. **Contributos Para o Estudo do Ensino Especializado de Música em Portugal**. 2000. Memória Final do CESE (Especialização em Direcção Pedagógica e Administração Escolar). Escola Superior de Educação, Instituto Jean Piaget, Almada, 2000.

MOREIRA, Vânia. **De Luís de Freitas Branco a Alexandre Delgado**: uma linguagem de compositores que marcou a escrita musical do século vinte em Portugal. 2014. Tese (Mestrado em Música). Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2014.
Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/2547>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PINA, Maria Isabel. **Para uma genealogia da criação musical em Portugal no século XX**: a posterioridade de Luís de Freitas Branco e o conceito de escola de composição. 2022. Tese (Doutoramento em Ciências Musicais Especialidade em Ciências Musicais Históricas). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/148187/1/IsabelPina_35038_Tese_Final.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.



PINA, Maria Isabel. Crítica e Crónica Musical de Luís de Freitas Branco na Imprensa Periódica Portuguesa dos Anos 1920. In: ENCONTRO IBERO-AMERICANO DE JOVENS MUSICÓLOGOS, III, 2016, Sevilha. **ACTAS**. Sevilha: Tagus Atlanticus Associação Cultural, 2016. p. 724-734.

PORTUGAL. **Decreto n.º 5546**, de 9 de maio de 1919 – Altera a denominação de Conservatório de Lisboa para Conservatório Nacional de Música e aprova os cursos a serem ministrados.

PORTUGAL. **Decreto n.º 6129**, de 25 de setembro de 1919 – Aprova o regulamento do Conservatório Nacional de Música.

RIBEIRO, António Pacheco; VIEIRA, Maria Helena. The subsystem of specialized music education in Portugal since 1983: The process of integration into the general education system. **International Journal of Music Education**, London, v. 34, n. 3, p. 311-323, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0255761415619424>.

ROSA, Joaquim Carmelo. Escola de Música do Conservatório Nacional (CN). In: Salwa Castelo-Branco (Ed.). **Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX**. Lisboa: Editora Temas e Debates, vol. C-L, 2010. p. 415-417.

TELLES, Ana. **14 Prelúdios para Piano**. Lisboa: Ava Musical Editions, 2015.

TELLES, Ana. **Luís de Freitas Branco (1890 - 1955)**, 2025. Disponível em: http://www.mic.pt/dispatcher?where=0&what=2&show=0&peessoa_id=150&lang=PT&site=ic. Acesso em: em 19 fev. 2025.

VASCONCELOS, António Ângelo. **O Conservatório de Música; Professores, organização e políticas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002.